

# Memória e Conhecimento da Arquitectura no Espaço Lusófono

*Comunicação feita ao 1.º Congresso da Ordem dos Arquitectos (Portugal), realizado em Évora entre os dias 26 e 29 de Outubro de 2000, enquadrada na Secção - Memória e Conhecimento da Arquitectura.*

*A dimensão humana deve ser o factor dominante na gestão e no desenvolvimento das cidades...*

*Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades, Berlim, Conselho da Europa, 1982*

*A nossa pátria também são a nossa arquitectura e as nossas cidades. Daí o dever de as conhecermos e de as defendermos em comum...*

**Prof. Arq. Alexandre A. Costa**  
*in Boletim CIALP n.º 24, Lisboa*

## 1. INTRODUÇÃO

# E

spaço Lusófono, espaço de uma vivência secular, com a coexistência de valores humanos e parâmetros culturais, em que a diversidade de situações não deverá esquecer a unidade de preocupações, considerados como uma herança comum, no assumir colectivo da responsabilidade da salvaguarda para as gerações futuras transmitindo com toda a sua riqueza e autenticidade.

A existência do Espaço Lusófono, permite pensar na presença de uma Arquitectura, em que a identidade de cada um dos intervenientes (espaço = país) interfere a seu modo com uma abordagem personalizada e marcante, contribuindo de certa forma para a definição plural do mesmo?

No seminário «A Dinâmica Transcultural da Arquitectura» o Arq. Alexandre Alves Costa na sua palestra «A Arquitectura e as Cidades Portuguesas» numa passagem diz: «...Pode-se perguntar, com toda a legitimidade, se um conjunto de diversidades desembocaram em intercâmbio recíproco ou até que ponto se realizaram verdadeiras sínteses que definiam uma cultura comum a todo ter-

ritório ... Tenho tentado responder a esta problemática para a arquitectura e defendido algumas hipóteses ...que tenho comprovado mais pela quase empírica leitura de visitas e viagens». E mais adiante continua. ...«Portugal pode ser encontrado na arquitectura e nas cidades coloniais que mais não parecem um reflexo radical da especificidade nacional numa selecção criteriosa dos seus elementos mais característicos.»

## 2. CIDADES-TERRITÓRIO

Em quatro dos países do Espaço Lusófono (ex-colónias portuguesas) o património urbano é deficiente, está degradado e/ou destruído por diferentes razões, entre elas a guerra ou catástrofes naturais.

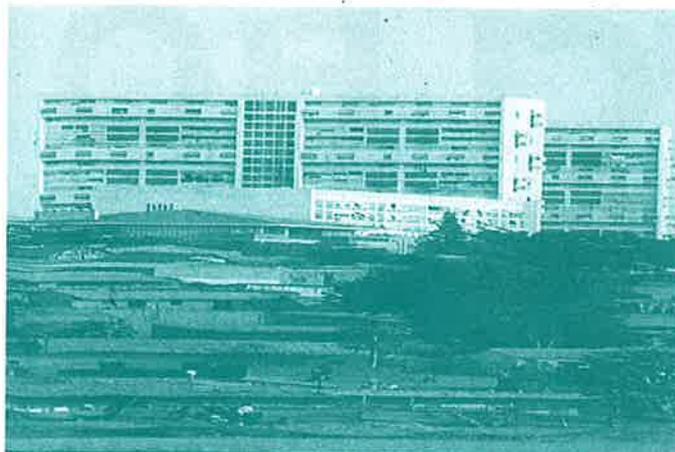
No desenrolar da história dos povos ocorreram (e ocorrem) transformações bem definidas. Ao longo dos anos as sociedades reorganizaram-se: a sua visão do mundo e perante o mundo, os seus valores básicos, a sua estrutura social e política, as suas letras, as suas instituições foram alteradas, originando um mundo diferente após vários anos.

A principal manifestação desta transformação é a maneira como nós pensamos acerca de planificação, desenvolvimento, gestão e vida nas/das cidades. Sem dúvida que «a cidade de hoje é diferente da cidade de ontem e a cidade de amanhã será fundamentalmente diferente da cidade de hoje.»

Nos dias de hoje é comum ouvir-se falar da diferença entre as cidades nos países mais desenvolvidos e as cidades nos países menos desenvolvidos (em vias de desenvolvimento). Em duas questões chave - demografia e ambiente - →



Casa de adobe



Angola, Luanda — Musseque, com a área urbanizada como pano de fundo. (Musseque: zonas de ocupação essencialmente de africanos, que originalmente em Kimbundo quer dizer "areia vermelha")

→ os elementos que entram em jogo divergem significativamente.

• **Demografia** — Enquanto os países menos desenvolvidos vivem crescimentos massivos de população e pressões fortes de migrações, por outro lado, nos países mais desenvolvidos o quadro é de uma população idosa a aumentar, com as consequências sociais e económicas respectivas.

• **Ambiente** — Os países menos desenvolvidos confrontam-se com cenários de poluição a diferentes níveis, enquanto os países mais desenvolvidos apresentam questões de ambiente e sustentabilidade nos seus programas nacionais (embora alguns por vezes demonstrem alguma resistência em aplicar as reformas que daí resultam).

Por outro, a transição para uma sociedade que partilhe um futuro sustentável requer o reconhecimento de três factores fundamentais: o papel da educação, os valores morais, e a necessidade de renovação dos valores de funcionamento da sociedade.

### 3. ELEMENTOS DECISIVOS

Três elementos integram a base de estudo do cenário das mudanças nas sociedades. e são eles: "o novo", "o muito" e "o relacionado".

Em termos de "o novo", inovações sociais e tecnológicas orientam o desenvolvimento de muitos novos produtos e serviços, e inclusive nos tempos de hoje a biotecnologia oferece um leque variado de oportunidades e alternativas éticas. Na economia global, existem igualmente novos aspectos - novos intervenientes, novos países entrando para o regime de mercado internacional, novos negócios, novos parceiros, novos acordos e novos mecanismos financeiros.

Com a visão de "o muito" os próximos 30 anos verão a população mundial aumentar de (06) seis biliões para 9 -10 biliões. A população urbana cresce a uma taxa acelerada e cerca de metade da população do mundo vive em cidades ou em mega-cidades.

No que se refere a "o relacionado", tal como o poder da tecnologia cresce, assim se desenvolve a infra-estrutura de comunicação e o sistema económico torna-se mais independente. As telecomunicações mais do que nunca fundamentalmente ajustaram as barreiras do tempo e do espaço à dimen-

são básica da vida humana e possibilitou questões de mudança sobre noções de desenvolvimento das cidades e suas dinâmicas.

## 4. QUATRO MUDANÇAS IMPORTANTES PARA AS CIDADES

Globalização	Ambiente Urbano
Grandes mudanças económicas e sociais	Problemas ambientais e de sustentabilidade
Economia industrial menos agressiva	Alterações climáticas
Competição Global	Alterações do estilo de vida
	Mobilidade das pessoas
Mobilidade social e geográfica acelerada	Vantagem da herança cultural
Exclusão Social	Governação Urbana
Aumento da exclusão	Aumento das demandas na cidade
Desemprego/Pobreza	Necessidade de novos enfoques da gestão urbana
Grupos vulneráveis	Alteração nos sistemas de governação local
Cidades segregadas	

(...)

As cidades lêem-se como se lêem os livros. Na geografia dos seu rostos, no traçado das suas avenidas, na arquitectura das suas construções. Será Luanda uma cidade de fácil leitura. Luanda está a diluir-se lentamente na memória dos anciãos e das bessanganas, desapareceram as mais antigas avenidas, os velhos palácios senhoriais, e começam a rarear as casa típicas de referência.

### 5. EXEMPLO DE UM CASO

É apresentado um resumo histórico de Luanda.

#### • FASE A: Ocupação (1575)

Passados alguns anos da ocupação do interior, o negócio da escravatura torna-se a principal actividade do trono português (da altura), o que marca muito especialmente o traçado da capital. São construídas fortificações a exemplo da Muxima e em Massangano. De acampamento militar, Luanda passa a cidade feitoria, ponto de apoio à captura dos escravos. Para além dos jesuítas, surgem várias ordens religiosas, ligadas ao interesse do tráfico, e constroem-se entre outros o Convento de S. José (actual Hospital Josina Machel), a Misericórdia de Luanda com hospital e igreja, a igreja de Jesus, a igreja de Nossa Senhora da Conceição. A cidade alta é considerada a sede do poder e da igreja, no século XVII. Na primeira metade do século XVII,



Palácio D. Ana Joaquina, edifício do séc. XVII



Edifício antigo. Baixa da cidade de Luanda. (Fachada dupla)

com o desenvolvimento do tráfico dos escravos surge a cidade baixa, (área frontal, do que mais tarde seria o bairro dos coqueiros). A cidade está rodeada de obras militares - Fortaleza de S. Pedro da Barra, Fortaleza de S. Miguel, Forte de Santo Amaro, etc.

A ligação entre a cidade alta e baixa era feita por carreiros que subiam as barrocas ou pela calçada de Santo António dos Capuchinhos que bifurcava na calçada do Pelourinho.

• FASE B: 1652

Salvador Correia a restabelecer as actividades do tráfico de escravos; a ocupação da zona da baixa aumenta aparecendo sobrados cobertos de telha, em tectos piramidais, com rés de chão para a loja ou oficina e o piso superior para alojamento do proprietário. Crescem também cubatas de capim.

• FASE C: século XVIII

Existem diferenças quanto à ocupação da cidade. Na cidade alta as moradias são típicas da casa colonial - como do Brasil - com as acomodações para os escravos domésticos, havendo pois a convivência entre senhores e escravos. Na baixa existiam moradias modestas de africanos e casas importantes pertencentes a grandes comerciantes - inclusivé o Palácio de Dona Ana Joaquina, o edifício do actual Museu de Antropologia, nos Coqueiros e outros.

Contudo a euforia do crescimento económico e o frágil sentido de preservação do património levaram a que muitas destas amostras nessa altura desaparecessem. Segundo o Arquitecto Fernando Batalha a casa portuguesa setecentista era de dois andares; o superior usado como habitação e o inferior como armazém de mercadorias - existindo um pequeno pavilhão no segundo andar, no centro da fachada, o sobradinho. A casa tinha varandas e arcadas, tinha uma frontaria simétrica, com a porta ao centro e duas janelas de cada lado. A casa popular, tipicamente luan-dense, era mais modesta, mas com características muito semelhantes e de grande afinidade arquitectónica.

• FASE D: século XIX, fim da Cidade-Feitoria  
Abolição do tráfico de escravatura, o que pro-

vocou alterações económicas. Em 1850, segundo o Boletim Oficial de 19 de Julho de 1851, havia em Luanda 20 edifícios públicos, 16 casas públicas (das quais quatro cobertas a capim), 3227 residências de que 82% eram cubatas. Estes edifícios distribuía-se por 19 ruas, 12 travessas, 11 praças ou largos, 03 calçadas e 03 becos, em que as palhotas eram agrupadas em bairros sem arruamentos. As casas de sobrado eram 170 (correspondendo a 31% das casas de construção definitiva), as térreas 385 e as cubatas 2672. Surgem os primeiros Musseques: Musseque Magalhães Silva, da Maianga, do Flores, Van Dunem.

• FASE E: Fins de século XIX / século XX

A segregação social é patente na cidade com a constituição dos bairros Operário e Cruzeiro, desaparecimento das ruas com os nomes de famílias tradicionais africanas. Aparecimento de duas cidades - a do asfalto e a do musseque -. A cotação do café inicia o processo de industrialização e a abertura do território a capitais estrangeiros, com o aumento de imigração, que marca a fisionomia da cidade. Verifica-se um desenvolvimento sem escala a todos os níveis.

• FASE F: século XX

Surge a transformação política e económica. A cidade é ocupada de modo diferente. Neste momento a cidade está muito degradada no seu todo. O panorama geral de Angola (ano 2000) é o seguinte:

Pessoas	Dinheiro
60% vive nos centros urbanos;	cerca de 1/3 estão desempregadas;
50% destas vivem em habitação informal	dos desempregados, 40% ganham menos de 1000.00 Kwanzas = US\$58.00

## 6. RECOMENDAÇÕES

O intercâmbio no Espaço Lusófono deverá ser real e positivo baseando-se nalguma sustentabilidade. Sustentabilidade que passará pelo sistema educativo, pela investigação, seu desenvolvimento e aplicação, pela experimentação arquitectónica, relação da comunicação da arquitectura e as novas tecnologias da informação. →



Edifício antigo. Baixa da cidade de Luanda

→ A Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, (Paris, 17 de Outubro de 1972), recomendou, entre outros aspectos, o seguinte:

“Constando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo;(...)”

No seu artigo 4.º recomenda aos Estados que deverão reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado em território constitui obrigação primordial.

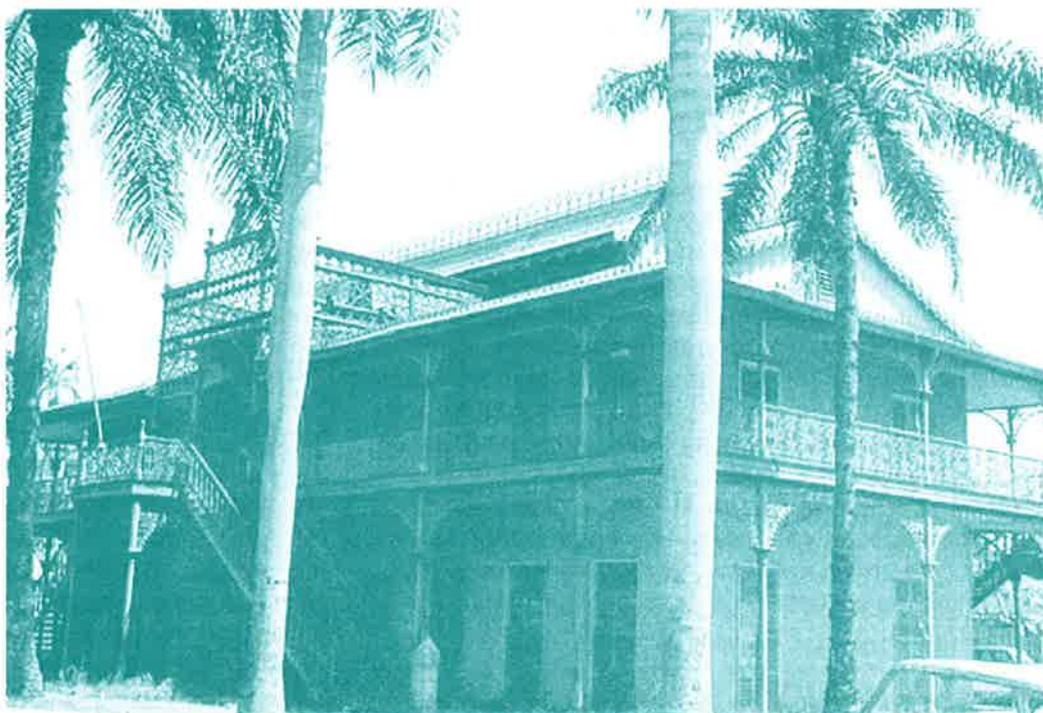
Recomenda-se igualmente que o intercâmbio entre as organizações congéneres não se resume só aos encontros anuais, tornando-se

mais abrangente particularmente na troca de experiências concretas (alternativas de projectos, concursos, outros).

#### 6.1 PROPOSTA

Propõe-se a realização de um encontro e/ou a formação de grupos de trabalho permanentes, interdisciplinares, para abordar a questão do Património no Espaço Lusófono.

Filomena Espírito Santo Carvalho,  
arquitecta, Angola



Palácio de Ferro. Edifício do séc. XX

# Cooperação Bilateral e Multilateral no Espaço Lusófono

*Moção de Orientação aprovada no 1.º Congresso da Ordem dos Arquitectos (Portugal), realizado entre os dias 26 e 29 de Outubro de 2000.*

A Ordem, no quadro das suas relações internacionais privilegiadas, tem duas plataformas principais, a das Comunidades Europeias e a dos PALOP e Brasil, distintas e complementares; não se excluem, antes podem ser inter-estimulantes, caso se entenda que não temos muitas valias na competição europeia e que o facto de termos uma forte relação com os, e uma boa implantação nos, PALOP e Brasil é uma vantagem a não desperdiçar e, ainda menos, a deixá-la para outros parceiros europeus.

Nas relações com os PALOP e Brasil estabelecidas entre associações de arquitectos existentes ou em criação, é desejável e possível definir um quadro de objectivos harmonizados de cooperação no domínio da Arquitectura, sua concretização e aplicação, e com que entidades naqueles países e com que parcerias em Portugal.

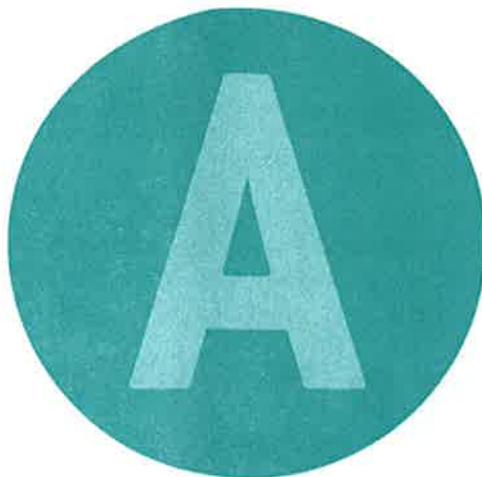
A cooperação decorre por enquanto essencialmente da iniciativa portuguesa e implica responsabilidades e meios que não podem ser assumidas(os) isoladamente pela Ordem. O objectivo é válido mas a tarefa exige apoio da cooperação oficial portuguesa uma mobilização conjunta com outras entidades com interesses afins. Há também que aproveitar os programas da UE aplicáveis aos PALOP ou às relações com a América Latina (Brasil).

No que se refere aos PALOP, em quatro dos seis países o património urbano é deficiente, está degradado ou destruído por guerras e catástrofes. A participação de arquitectos portugueses nestes países é escassa face à escala do que está a ser feito neles e mesmo muito escassa face ao que deveria ser feito em tão grandes espaços tão sub-infraestruturados.

A conclusão geral que se retira da quase ausência de cooperação portuguesa, no que se refere a esta área da arquitectura/urbanismo, assenta em três razões principais:

a) há pouco investimento português em programas e dinheiro, em geral, e da cooperação portuguesa, em particular, nos PALOP nesta área do habitat urbano;

b) há pouca mobilização de arquitectos portugueses para criar uma procura e uma apetência por este tema, que é necessária devido a este clima



**1.º CONGRESSO** ORDEM DOS ARQUITECTOS  
9.º ARQUITECTOS PORTUGUESES  
ÉVORA . 26 . 27 . 28 . 29 . OUTUBRO . 2000

adverso em programas e meios disponíveis, como atrás se referiu;

c) muitas das necessidades dos PALOP e da sua capacidade de receber cooperação nesta área temática é satisfeita por outros países.

A cooperação bilateral e multilateral a realizar com os PALOP, deverá ter como tema abrangente o apoio técnico ao exercício da profissão.

A cooperação com o Brasil deve reger-se por preceitos similares aos que a OA deve respeitar com países com os quais existem relações bilaterais privilegiadas no estabelecimento de relações recíprocas equilibradas na circulação e estabelecimento. Noutro

plano, da cooperação multilateral que é o que interessa mais, esta deve fazer-se no quadro da CPLP e do CIALP.

No quadro da CPLP e do CIALP é correcto e prático vislumbrar uma relação triangular polarizada em Portugal, Brasil e PALOP, países que, para além da língua e de alguns valores culturais a ela associados, protagonizam realidades geo-económicas, e também alguns interesses, distintas(os).

Além da língua, a arquitectura no quadro de vida é uma das vertentes da dimensão cultural herdada em comum e a salvaguardar, mas também a promover, ainda que tenha de expressar os diferentes contextos através da cooperação.

Há portanto que trabalhar com o património aceite como comum, designadamente o arquitectónico e a língua e com objectivos de desenvolvimento.

Em consequência propõe-se que a Ordem dos Arquitectos:

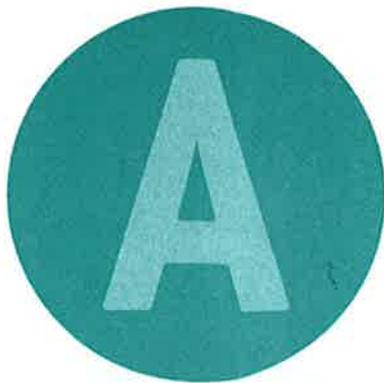
— diligencie, através de propostas de acção como as que se apresentam a seguir, adesões e apoios não apenas financeiros, das entidades oficiais de cooperação mas também de indispensáveis parcerias técnicas nacionais, tanto institucionais, com destaque para as Escolas, como de arquitectos e empresas;

— promova a participação, dos arquitectos portugueses interessados na cooperação, no intercâmbio ou na associação de interesses conseguindo que, nomeadamente os jovens arquitectos portugueses se manifestem junto da OA com interesse em participar nas acções de cooperação técnica e cultural;



→ — diligencie, conjuntamente com as Escolas, apoios dirigidos à formação e pós-formação de arquitectos dos PALOP tais como: frequência de cursos de arquitectura em Portugal; realização de estágios em Portugal; frequência de cursos/seminários de reciclagem e especialização; apoio ao ensino da arquitectura nos PALOP;

— diligencie, junto das entidades que apoiam a cooperação, apoios para: produção de documentação técnica; o regresso aos seus países de jovens arquitectos licenciados em Portugal; criação de condições para arquitectos portugueses trabalharem nos, e para os, PALOP, em parceria com colegas africanos; promoção de iniciativas de cooperação envolvendo a arquitectura, com relevo



**1º CONGRESSO** ORDEM DOS ARQUITECTOS  
ARQUITECTOS PORTUGUESES  
ÉVORA . 26 . 27 . 28 . 29 . OUTUBRO . 2000

para o habitat e o equipamento social;

— proponha e acorde com as entidades parceiras dos PALOP, do Brasil e de Timor, apoios ao reforço das seguintes linhas de acção: realização do Seminário temático anual e temas para a Assembleia do CIALP coincidente; conhecimento do património arquitectónico luso no mundo (uma hipótese mais abrangente seria o dos séculos XVI, XVII e XVIII, outra mais restrita e urgente seria sobre o das principais obras do Século XX, especialmente em África, dando prioridade ao levantamento iconográfico); promoção do livro de arquitectura em língua portuguesa; conclusão do Dicionário Terminológico de Arquitectura para o espaço da CPLP; edição do Boletim CIALP.

## Projecto: CIALP

O aniversário do CIALP, celebrado em Março de 2000, não foi pretexto para qualquer conhecido exercício de reflexão acerca da sua vitalidade ou seja das formas para desenvolver o empenhamento dos seus membros, enunciado no seu estatuto, na cooperação entre organizações e profissionais com o objectivo "(...) de promover a função sócio-profissional da Arquitectura e os aspectos convergentes e específicos da identidade cultural de cada país, numa contribuição que será útil para o desenvolvimento dos povos.(...)".

A Ordem dos Arquitectos (Portugal) votou no seu último Congresso (Outubro 2000) uma «Moção de Orientação» que destaca, como um dos tópicos de orientação da sua actividade, a cooperação no espaço lusófono (texto acima transcrito).

Neste domínio, a actividade mais regular mantida desde os tempos da Associação dos Arquitectos Portugueses tem sido a edição deste boletim - mais em termos logísticos e financeiros do que na divulgação de projectos ou de estudos - e a participa-

ção, sobretudo logística e financeira de novo, nos Encontros CIALP.

O ano de 2000 assistiu a catastróficas cheias em Moçambique, a um princípio da reconstrução de Timor, à manutenção da guerra em Angola, até à destruição da (única!) área urbana na Guiné, em Bissau. Estas tempestades bem poderiam ter sido o motor de propostas de intervenção, se nos tempos de acalmia elas não aparecem. As razões por que outras instituições tomaram a dianteira neste projecto devem levar-nos a pensar.

E pensar também que a cooperação pressupõe uma premissa (e isto vale para o CIALP e para todos os seus membros): a organização; isto é, ideias para desenvolver uma actuação sustentada e sustentável, uma direcção descentralizada e ágil (sem deixar de ser direcção) e a vontade de diálogo alargado a outros profissionais (a cooperação deve ser um projecto multi-disciplinar).

**Cristina Meneses,**  
assessora da OA, Portugal

## O empenhamento da OAC

É com prazer que dirigimos esta primeira missiva, na qualidade de Presidente da Ordem de Arquitectos Caboverdianos.

Serve a mesma para informar que no passado dia 4 de Novembro, numa cerimónia de importante significado para os arquitectos Caboverdianos e na presença de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro Dr. António Gualberto do Rosário, foi empossado o primeiro órgão directivo nacional, eleito pelos membros desta Ordem.

Ao comunicar este acontecimento queríamos igualmente reafirmar, tal como consta do nosso programa de actividades e como fizemos referência na alocução

dirigida à Assembleia por ocasião do acto de posse, que a cooperação com organizações congéneres é uma das prioridades e que ela é tão mais necessária quanto mais próximos são os nossos laços culturais.

O CIALP é pois uma das congéneres com a qual manifestamos o imperativo desejo e a disponibilidade do estabelecimento de protocolos, que viabilizem a vontade e a necessidade de intercâmbio cultural e estreitem a permuta de ideias e experiências entre os arquitectos dos dois países da língua portuguesa.

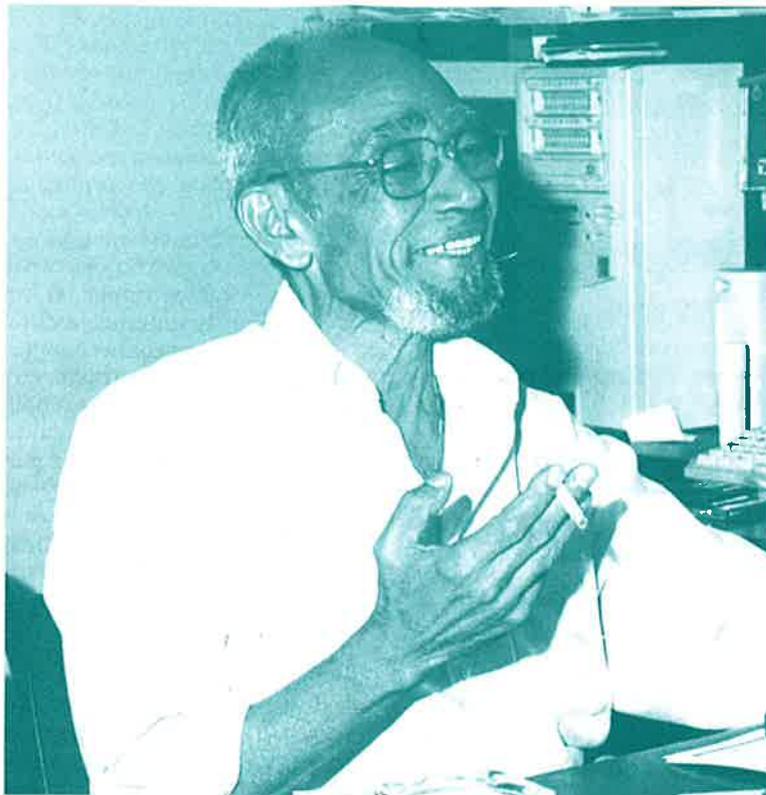
**João Vieira,** arquitecto  
Presidente da OAC

Pedro Gregório Lopes - o decano dos arquitectos de Cabo Verde

# O Património Construído

*Extracto da entrevista dada à Revista semestral Construção, n.º 3, sobre o património construído e a importância da manipulação dos espaços e da luz em arquitectura.*

(...) A ideia de preservação do património construído é uma ideia relativamente recente. Não existiu sempre. Veio depois da II Guerra Mundial. Segundo o meu entender, e em primeiro lugar, como forma de economia. Havia estruturas que estavam de pé após a Guerra e era preciso reutilizá-las. Paralelamente a Arquitectura moderna implanta edifícios, quase nos mesmos espaços, completamente distanciados formalmente dos anteriores. E surge a ideia de integração: a coexistência equilibrada da linguagem dos edifícios antigos e a dos edifícios modernos.



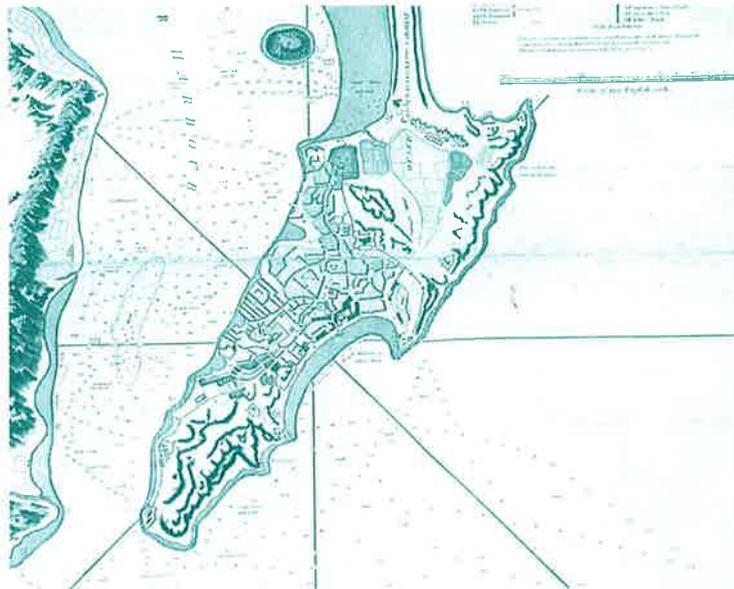
Só mais tarde, a partir da década de 60, é que começa a haver mais declaradamente a ideia duma reutilização e revitalização com o objectivo da preservação do património construído existente. Trazendo a coisa para cá. Nós andamos, normalmente, a reboque. Por isso mesmo, o conhecimento, as informações e as preocupações mundiais vão chegando. Sempre admiti que, no Plateau da cidade da Praia, em São Vicente, em determinadas zonas, alguns edifícios deviam ser preservados. Não porque tenham valor arquitectónico, mas porque são memória histórica. Esta é a ideia que eu tinha e mantenho. No entanto, hoje, mudo-a um pouco porque devo reconhecer que se se permitir que todo o mundo altere tudo, por exemplo, no Plateau, ou no casco antigo do Mindelo, essa memória corre o risco de desaparecer. O mesmo será falar de Ribeira Brava em São Nicolau, São Filipe (Fogo) ou da Vila de Ribeira Grande (Santo Antão). O casco antigo, esse, deve ser preservado como memória para os vindouros.

(...) Com toda a franqueza não sei se será possível voltar atrás na utilização das tecnologias. Com certeza que o betão tem as suas vantagens e as suas desvantagens. Tem vantagens na construção de uma estrutura sólida e menos perecível, que determinadas tecnologias que anteriormente usávamos. Não, eu veria a coisa de uma maneira diferente! Se ela é cara, então o processo para embaratecimento ou para abaixamento do custo tem de ser posto noutra vertente. O de analisar quais são os pontos mais caros numa casa. Rapidamente digo que são a casa de banho, a cozi-

nha com o seu equipamento. Agora, a pergunta que eu faço é a seguinte: quando um casal constitui família, logo no princípio e mesmo que ele tenha um ou dois filhos, ele precisará de todos os compartimentos que nós estamos a enumerar aqui, dentro da sua casa? Precisarão dos três quartos de dormir ou precisará apenas do quarto de casal, de uma sala e do núcleo da cozinha e casa ou casas de banho? Ou de uma casa que pudesse ser dotada apenas de casa ou casas de banho, cozinha, um quarto e um espaço livre suficiente, e clara-

mente modulado, onde fosse possível colocar divisórias para definir os quartos para os filhos quando crescerem? Esta é a forma, em meu entender, de embaratecer a casa. Mas, mais: se eu não tenho dinheiro e eu quero uma casa e, o dinheiro vai aparecendo aos poucos, então devo ter a coragem e a dignidade de aceitar as minhas limitações. E, assim, em vez de me preocupar em meter mármore no pavimento e ter uma casa extraordinariamente luxuosa, devo ir definindo o espaço e o acabamento conforme as minhas possibilidades. E, se eu não posso pôr nem mármore, nem mosaico no pavimento, posso preparar a base que serve de suporte a esse acabamento final, tendo a betonilha como primeira fase. É esta a minha opinião. De resto, utilizar técnicas antigas, não sei. A economia da construção poderá vir da modulação dos espaços, da estandardização dos elementos da construção, da redução, numa primeira fase, nos acabamentos, e do deixar que o proprietário conclua a sua própria casa.

(...) Não invento nada. Tento apenas compreender o que as construções antigas tentam dizer-me: o percurso é o elemento essencial da organização espacial; a simplificação é a chave para a execução das obras com a tecnologia disponível; a iluminação natural é abundante; a ventilação natural é necessária; a insolação directa deve ser controlada; a configuração dos espaços deve estar em consonância com a função que aí se desenrola e o mobiliário a ser usado. O resto é roupa; e cada um veste-se primeiro com as suas posses e, só depois, de acordo com os anseios de se mostrar aos outros.



*Pormenor da «Planta da Cidade e do Porto de Macau - 1797» in Jorge, Cecília e Coelho, Rogério Beltrão - Viagem por Macau, vol. I, Governo de Macau, Maio 1997.*

## Associação dos Arquitectos de Macau

Temos a oportunidade de informar que o Presidente e Membros dos corpos dirigentes da Associação foram eleitos, em 13 de Outubro de 2000, para o mandato de 2000-2002.

Temos o prazer de enunciar a lista dos nomes dos novos membros, indicando a nova morada da Associação:

Avenida de Coronel Mesquita, n.º 2 F - Macau  
Telefone - (853) 703458, Telefax - (853) 704089  
E-mail: macauaam@macau.ctm.net

*Eddie Y.K. Wong, arquitecto  
Presidente da Direcção da AAM*

### ÓRGÃOS SOCIAIS DA AAM

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente** - Carlos dos Santos Marreiros  
**Secretários** - Vicente Bravo Ferreira e Lei Ka Nang

#### DIRECÇÃO

**Presidente** - Eddie Yue Kai  
**Vice-Presidente** - Choi Tin Tin, Joy  
**Vogais** - Cheang Wai, Paulo; Chan T'Chi, Ritchie; Mok Kai Kong, Harry; Loi Sai Hin, Joe; Francisco Viseu Pinheiro; Ho Pui Kei e Estefânia dos Santos Inácio.  
**Suplentes** - Lei Chong An, Connie e Rui Rebelo Leão

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente** - Nuno Roque Jorge  
**Secretário** - Conceição Perry da Câmara  
**Suplente** - Adalberto dos Santos Tenreiro

#### CONSELHO GERAL

**Presidente** - José da Silva Maneiras  
**Vice-Presidente** - José Pereira Chan  
**Vogal** - Manuel Machado Vicente

## Associação de Arquitectos de Moçambique

Foi no passado dia 16 de Novembro de 2000 que teve lugar a formalização da Associação de Arquitectos de Moçambique - ARQUITRAVE, nos termos do n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91 de 19 de Julho e artigo n.º 1 do Decreto n.º 21/91 de 3 de Outubro, em vigor na República de Moçambique.

A Arqitrave é uma instituição representativa de licenciados em arquitectura ou planeamento urbano. Um dos seus objectivos é promover a função social, dignidade e prestígio da profissão, valorizando profissional e cientificamente os seus membros, a defesa e o respeito pelos respectivos princípios deontológicos.

*Jaime Henrique Comiche, arquitecto  
Presidente do Conselho Directivo da AAM*

### CORPOS SOCIAIS DA AAM-ARQUITRAVE

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente** - João Teodósio Tique  
**Vice-Presidente** - Mario Monteiro do Rosário  
**Secretário** - Niranj Sacarfal

#### CONSELHO DIRECTIVO

**Presidente** - Jaime Henrique Comiche  
**Vogais** - Zefanias Fernando Chitsungo, Neyde Ferreira Albasine, Miguel dos Anjos Santos e Angela Dimbane Divage

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente** - Rui de Sousa Fonseca  
**Vogais** - Eunice Guilda Chirindza e Alberto António Nhantumbo

#### Sede Provisória para correspondência:

Caixa Postal 1907 - Maputo - República de Moçambique